



## XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Urbanismo y Planificación

Las Universidades Latinoamericanas y la Nueva Agenda Urbana  
22, 23 y 24 de agosto de 2018, Santiago de Chile

### Mapear o território – Prática e crítica

Jorge Bassani<sup>1</sup>, Flavia Tadim Massimetti<sup>2</sup>, Marla Rodrigues<sup>3</sup>

**Línea temática 3.** Del campus universitario al territorio: compromiso y oportunidades presentes en la vinculación con el medio.

#### Resumo

A partir de uma experiência prática, por meio de uma atividade de Extensão Universitária na periferia de São Paulo (08/2017 a 07/2018), este artigo propõe desenvolver um roteiro para a elaboração de um campo teórico destinado à reflexão e crítica de atividades com comunidades específicas e as representações do território.

A atividade de extensão está em sua última fase, consiste da realização de oficinas de mapeamento da Ilha do Bororé, no Grajaú, extremo sul da cidade de São Paulo e foi realizada sob nossa coordenação e um grupo de quatro estudantes da USP, junto a adolescentes da Escola Estadual Adrião Bernardes, única escola pública no Bororé. Este tipo de atividade tem se tornado usual, tanto em âmbito acadêmico, como o nosso caso em escolas de arquitetura e urbanismo, ou por coletivos e organizações culturais. No entanto, pouco tem se discutido sobre os resultados além da prática e trocas entre grupos diferentes sempre vindas.

Nos propomos a incidir sobre esta lacuna a partir de três perguntas formuladas em função da experiência de extensão: 1. Qual impacto e quais os legados na comunidade após o encerramento da atividade; 2. Que nível de consciência sobre o território físico e político estas atividades promovem; 3. Quais transformações em nível pessoal ela pode catalisar.

Para este artigo, está previsto uma introdução ao tema, com as respostas que advêm de uma base teórica restrita pelo caráter seletivo e concentrado, resultando na opção de autores seminiais. Ele será conduzido em diálogo com Henry Lefebvre (“O direito à cidade”), Claude Raffestin (“Por uma geografia do poder”) e Milton Santos (“Pensando o espaço do homem”). Entretanto, seu ponto metodológico central está localizado na descrição e análise das atividades realizadas pelo nosso grupo na FAU-USP.

**Palavras-chave:** periferias urbanas, mapeamento, território urbano, comunidades.

From a practical experience, through a Community University Outreach activity in the periphery of São Paulo (08/2017 to 07/2018), this article proposes to develop a script for the elaboration of a theoretical field for the reflection and critique of activities with specific communities and representations of the territory.

The extension activity is in its last phase, if it consisted of the mapping workshops of Ilha do Bororé, in Grajaú, extreme south of the city of São Paulo, and was carried out under our coordination and a group of four USP students, together with adolescents from the Adrião Bernardes State School, the only public school in Bororé. This type of activity has become usual, both in academic scope, as our case in architecture and urbanism schools, or by collectives and cultural organizations, however little has been discussed about the results beyond practice and exchanges between different groups always come.

We propose to focus on this gap based on three questions formulated according to extension experience: 1. What impact and what legacies in the community after the closure of the activity; 2. What level of awareness about the physical and political territory these

<sup>1</sup> Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Rua do Lago 876, São Paulo-SP, Brasil - 05508-080, jrbassani@usp.br.

<sup>2</sup> Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Rua do Lago 876, São Paulo-SP, Brasil - 05508-080, flavia.massimetti@gmail.com.

<sup>3</sup> Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Rua do Lago 876, São Paulo-SP, Brasil - 05508-080, marlarodrigues049@gmail.com

activities promote; 3. What transformations on a personal level it can catalyze.

For this article, an introduction to the subject is foreseen, therefore the answers come from a theoretical base restricted by the selective and concentrated character, the option was by seminal authors. He will be led in dialogue with Henry Lefebvre (*The Right to the City*), Claude Raffestin (*For a Geography of Power*) and Milton Santos (*Thinking of Man's Space*). However, its central methodological point is located in the description and analysis of the activities carried out by our group at FAU-USP.

**Key words:** urban peripheries, mapping, urban territory, communities.

## APRESENTAÇÃO

As profundas transformações socioeconômicas e culturais vivenciadas pelo mundo desde o último quartel do século 20 impactaram profundamente a produção e o uso das cidades contemporâneas. As novas condições urbanas impõem, não novos modelos, pois os que tínhamos naufragaram com a modernidade, mas novas experiências na formação de urbanistas. Mais do que a percepção geral de que seu objeto de estudo mudou, a confirmação de que a permanente mudança é o que caracteriza a cidade e, no horizonte que temos para o momento, nunca se tornará “outra” cidade porque nunca está pronta, muito menos quando foi “projetada”. Ela está em permanente transformação e os níveis de operacionalidade, em qual disciplina for, sobre este devir são muito flutuantes.

Este artigo propõe uma reflexão sobre a formação do urbanista no panorama qual a própria cidade enquanto conceito tem sido permanentemente revista. Das teorias do direito à cidade (Lefebvre, 2008) à Nova Geografia (Harvey, 2014; Soja, 2013), passando por toda crítica aos procedimentos do planejamento urbano moderno (Rossi, 1995; Jacobs, 1989; Venturi, 2003), verifica-se o empenho por novos conceitos para os complexos urbanos que deem conta de sua materialidade e das relações sociais abrigadas neles e produtoras dele.

Tal reflexão parte do Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP), localizado na FAUUSP com o objetivo de estudar as transformações territoriais recentes na cidade de São Paulo. Um de seus dispositivos de experiências didáticas é um projeto de extensão cultural de construção de mapas com estudantes de ensino médio, atualmente em fase final de sua quarta edição. Enquanto trabalho de extensão, deve ser avaliado a partir dos dois lados do processo que propõe os diálogos e as trocas, os estudantes universitários e as comunidades que participam dele. Entretanto, neste artigo foca-se a questão da formação do estudante para o exercício do urbanismo, seja arquiteto, geógrafo, historiador, a partir das atividades do projeto de extensão universitária.

Concomitantemente aos processos que caracterizaram a nova etapa do capitalismo (Harvey, 2005; Jameson, 1996), seus impactos sobre a cidade e a produção teórica sobre a vida urbana, desenvolveram-se experiências ao nível da formação visando apresentar ao estudante novas ferramentas de compreensão do ambiente sobre o qual deveria fazer proposições projetuais. Com a morte de Guy Debord nos anos de 1990 e seu redescobrimto por teóricos e artistas, as experiências de percepção e atuação urbanas dos situacionistas foram incorporadas ao vocabulário do urbanismo, “derivas”, “psicogeografias”<sup>4</sup>. Igualmente, o conceito de “territorialização” e “construção de mapas em oposição aos decalques” dos filósofos Gilles Deleuze e Felix Guattari<sup>5</sup>, impulsionaram novas metodologias de apreensão das dinâmicas urbanas por meio de múltiplas representações cartográficas.

Estas experiências vêm se multiplicando rapidamente, porém as avaliações sobre seus resultados efetivos têm sido muito mais lentas se nos fixarmos no ambiente da formação universitária. Os resultados políticos e culturais destas práticas têm, de certa forma, monopolizado o debate, pois são muito expressivos. Em nosso caso, no âmbito dos trabalhos de extensão universitária desenvolvidos pelo GeMAP, estes são sensíveis no trato com as comunidades que participam dos projetos, no entanto, é uma outra discussão, paralela, às vezes transversal, à que propomos de forma inicial neste artigo, ou seja, a avaliação dos resultados destas práticas na formação universitária.

Para tanto, o artigo está dividido em duas partes, a primeira concentra-se na descrição da atual edição do projeto de extensão em fase final na Ilha do Bororé, extremo Sul de São Paulo. Após quatro anos desenvolvendo o trabalho, atingimos um nível de equilíbrio entre metodologia e práticas para construção de mapas que assegura condições para esta reflexão. Importante também salientar que as condições do território do Bororé, caracterizado pela intensa atividade dos coletivos urbanos locais e da direção da escola pública que acolheu nossa proposta de trabalho, proporcionaram densidades de diálogo com a população local nunca alcançada nas edições anteriores.

A segunda parte do artigo destina-se a circunstanciar o conceito básico posto em movimento nos estudos do GeMAP e nas experiências didáticas que promove. O termo “território” tem sido utilizado com frequência hegemônica nos debates sobre a cidade, acredita-se que ele contém o potencial de nomear as dinâmicas transformações que os ambientes físicos do homem atravessam na fricção com as atividades socioeconômicas e culturais. Nesta parte colocamos sua presença nos debates e, mais importante, o recorte, na vastidão de significados que ele alcançou, sobre o qual apoiamos as experiências com o trabalho de extensão e a avaliação que se faz agora necessária.

---

<sup>4</sup> Teoria da deriva e psicogeografia são conceitos elaborados pela Internacional Situacionistas, grupo de artistas e intelectuais ativistas liderado por Guy Debord, para penetrar no cotidiano urbano e transformá-lo de forma revolucionária.

<sup>5</sup> Mil platôs de Deleuze e Guattari foi publicado no Brasil em 5 volumes, o conceito de desterritorialização aparece no vol. 4, no capítulo com nome de Ritornelo, sobre os mapas eles desenvolvem suas ideias associadas ao conceito de rizoma, no vol. 1.

## TRABALHO DE EXTENSÃO CULTURAL NA ILHA DO BORORÉ

O trabalho de extensão universitária “Revisitando o território: novas percepções sobre o Grajaú”, desenvolvido pelo GeMAP com apoio do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) é a quarta edição de um projeto de estudos territoriais a partir de diálogos entre estudantes de arquitetura e adolescentes de escolas públicas em São Paulo. O projeto teve início em 2013, as edições anteriores foram no centro e outras duas na Zona Leste da cidade. A atual edição, como as anteriores, ocorre em um período de um ano e está em andamento desde agosto de 2017. A opção pelo extremo sul da cidade decorreu da continuação de dois Trabalhos Finais de Graduação (TFG). Por meio deles, no ano anterior, estabeleceu-se o primeiro contato com a Escola Estadual Professor Adrião Bernardes e com a Casa Ecoativa (grupo com forte atuação na região), localizadas na Ilha do Bororé, distrito do Grajaú, extremo sul de São Paulo, na região dos mananciais. Na ocasião, realizou-se uma oficina de cartografia social e afetiva com os alunos, na qual se abordou algumas noções sobre o território e sua apropriação. Tal atividade foi repetida em 2017 (Figura 1). Com o intuito de aprofundar essa discussão, decidimos propor o projeto de extensão. O objetivo geral foi a construção afetiva do conhecimento, baseada em atividades em que os estudantes de ensino médio fizessem reflexões sobre o lugar onde vivem, conversassem a partir de seus próprios saberes e visitassem lugares da região. Com isso, propusemos a construção de diferentes cartografias do território e a renovação do olhar dos jovens sobre o espaço onde vivem; no sentido inverso, a renovação dos conceitos sedimentados, porém questionáveis sempre, que os universitários traziam da academia.



Figura 1 - Oficina de mapeamento realizada na Mostra Cultural Adrião Escola Aberta realizada em 2017.  
Fonte: GeMAP, 2017.

Para a melhor análise e compreensão do projeto, podemos dividi-lo em cinco etapas. A primeira delas se refere ao processo de aproximação com os diferentes atores. No caso, tanto a E.E. Prof. Adrião Bernardes quanto a Casa Ecoativa já nos conheciam, mas o contato havia sido pontual. É nesta etapa que a relação de confiança começa a ser estabelecida e o futuro do projeto desenhado. É preciso ter em mente que se trata de uma parceria, e não um estudo de caso, no qual sujeito e objeto se distanciam. Todos precisam se sentir confortáveis e estar dispostos, afinal lidamos com a vida e experiências de pessoas, por isso a confiança mútua é tão importante. Para a construirmos, fizemos reuniões com a direção e o corpo docente e participamos dos eventos da escola, para que alunos, professores e outros agentes se familiarizassem conosco.

O segundo momento foi a apresentação da proposta e a construção coletiva do trabalho. A ideia era que as atividades e materiais produzidos fossem incorporados no Projeto Político-Pedagógico da escola. Em grupo, pensamos na estrutura e roteiro das atividades, no cronograma e os alunos que participariam do projeto – cerca de 25 alunos do Ensino Médio. A terceira etapa foi o desenvolvimento das atividades com os estudantes, que em comum acordo com os representantes da escola local optamos por fazer em oficinas semanais. Cada oficina teve um tema: Geografia, Antropologia, Etnografia e Patrimônio socioambiental-cultural. Elas ocorreram na escola e foram realizadas derivas pelo território e visita à Casa Ecoativa. Uma das premissas do projeto era “desmistificar” o mapa – associado ao mapa do Brasil ou Mapa-múndi das aulas de Geografia; um objeto estático – e utilizá-lo como um instrumento de poder, de

autonomia, de formação. Em atividades com o grupo todo ou individuais, foram realizados mapeamentos a partir de bases diferentes e de uma outra (mapa) produzida pelos próprios alunos. Acompanhando essa produção, fizemos discussões sobre a inserção daquele território no restante da cidade, seus pontos positivos e negativos, lugares de afeto e constrangimento – e o que isso significava socialmente –, identidade, memória, patrimônio, chegando, de forma orgânica e natural, à discussão de direito à cidade.

A quarta fase – onde nos encontramos no momento – é a finalização e discussão de todo o processo até aqui. Nesta etapa refletimos sobre a atividade, as questões e propostas que surgiram no caminho. Ela é essencial para “amarrar os nós” e situar o projeto, evitando que fique apenas como uma atividade isolada. A quinta e última fase é pensar nos futuros desdobramentos. Ao longo dos meses, a parceria entre universidade e comunidade tem se fortalecido, os diferentes agentes se apropriaram do projeto e há o desejo de pensar novos projetos que ressignifiquem o território da Ilha do Bororé.

#### ***Extensão universitária: trabalho coletivo universidade e comunidade***

A extensão universitária é uma ação política, mas principalmente didática. É o lugar em que universidade e sociedade interagem em busca de inventar um conhecimento que transforma, de modo que a prática da extensão é uma oportunidade de aprendizado e atuação coletiva do estudante universitário com a sociedade (D’Ottaviano & Rovati, 2016). Ademais, implica na formação de sujeitos mais conscientes sobre a realidade e comprometidos em sua atuação profissional com a transformação desta.

Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante do mundo, alheado de nós e nós dele. (Freire, 2016, p. 76).

A extensão é o momento em que os aprendizados da universidade buscam o seu sentido de ser, quando, munidos de um posicionamento dialógico, buscam compreender e atuar coletivamente na realidade social em que se insere, no sentido de promover transformações com a comunidade, sendo a primeira delas de cunho formativo e político.

O projeto de extensão universitária “Revisitando o Território: Novas percepções sobre o Grajaú” propõe a compreensão e a discussão do território da Ilha do Bororé a partir do olhar das pessoas que vivem neste lugar. Os moradores com quem o projeto estabelece este diálogo são os alunos da Escola Estadual Professor Adrião Bernardes, único colégio da península localizada na periferia do extremo sul de São Paulo. Aos estudantes universitários cabe apreender as interpretações do território apresentado pelos adolescentes locais. As ferramentas para os processos nos dois grupos são construídas em conjunto.

A elaboração de um projeto que se propõe a discutir o território a partir da percepção dos próprios moradores, parte do desejo de construção de um processo de formação afetivo e, por isso, dialógico e horizontal entre universidade e comunidade. Desde o princípio as ideias e interesses foram apresentados e discutidos junto aos professores e gestores da escola, para que, a partir de suas propostas pedagógicas, fossem elaboradas dinâmicas que atendessem às expectativas de ambas as partes, escola e universidade. A concretização de cada oficina proposta ocorreu somente a partir do momento em que os estudantes participantes falaram (Freire, 2016), de modo que o desenvolvimento da reflexão sobre território dependeu fundamentalmente das vivências e conhecimentos que os moradores tinham do lugar em que vivem.

Os agentes envolvidos por parte da comunidade são diversos. A Escola Estadual Professor Adrião Bernardes, integrada por um corpo de pessoas abertas e comprometidas a fazer do espaço da escola um lugar aberto a diferentes práticas de formação para além da sala de aula. Ressalta-se ainda, um grupo específico da escola, coordenador, diretora e um professor, cuja abertura e receptividade para a realização deste trabalho transformaram a experiência do projeto em uma relação mais próxima entre as pessoas. Destaca-se a fundamental participação deste professor que, a partir de uma relação afetiva com os alunos, participa da Casa Ecoativa e realiza projetos extracurriculares a partir de um comprometimento político e pessoal.



Figura 2 - Atividade realizada na Casa Ecoativa, como parte do Projeto de Extensão Grajaú em 2018.  
Fonte: GeMAP, 2018.

Os alunos, parte dos quais integram o grêmio da escola, são os agentes em função dos quais o projeto existe. Em sua maioria vivem na Ilha do Bororé e revelam possuir conexões afetivas com o território devido a algumas especificidades características do lugar, como a relação com a natureza e a tranquilidade. Durante as atividades realizadas, ficou evidente entre os jovens uma consciência em relação a diversos fatores atuantes sobre o território, como a invisibilidade em relação às prioridades de atuação do poder público, e as rápidas transformações por que passa o espaço devido à chegada constante de novos moradores. Destaca-se ainda a participação da mãe de um dos alunos em uma atividade sobre a memória e a formação da ilha. O desenvolvimento do projeto para além de seu escopo formal também se superou devido à participação ativa e à receptividade dos alunos em relação ao trabalho e às pessoas.



Figura 3 - Oficina do Projeto de Extensão Grajaú em 2018.  
Fonte: GeMAP, 2018.

Em parceria com a escola, está a Casa Ecoativa, um projeto situado na Ilha do Bororé, que tem como proposta o desenvolvimento da região a partir da realização de oficinas, saraus, mutirões de plantio com crianças, jovens e adultos e outras atividades culturais. Este coletivo, em seu trabalho multidisciplinar e em sua rede de atuação e contatos, tem

contribuído para a visibilidade e discussão desta parte da cidade, a partir da construção de discursos renovados sobre a periferia de São Paulo, compreendendo as margens como o lugar da diversidade e da abundância. Durante as atividades participaram representantes da Unidade Básica de Saúde Alcina Pimentel Piza (UBS da Ilha do Bororé), da qual percebe-se um trabalho de aproximação e aconselhamento com a comunidade. Estiveram envolvidos também nas atividades representantes do Parque Natural Municipal Bororé, contribuindo com informações, integrando-se às atividades e conduzindo uma visita ao parque.

#### ***Desafios e conquistas na prática da extensão universitária na escola***

A realização de um projeto de extensão universitária que tem como pressuposto a prática formativa de caráter dialógico dentro do ambiente escolar, compreendendo o enfrentamento de alguns desafios, dentre eles, o silêncio dos estudantes em determinados momentos.

Temos perguntado, investigado, procurado saber as razões prováveis que levam os camponeses ao silêncio, à apatia em face de nossa intenção dialógica? E onde buscar estas razões, senão nas condições históricas, sociológicas, culturais, que os condicionam? (Freire, 1983, p. 31).



Figura 4 - Oficina do Projeto de Extensão Grajaú em 2018.  
Fonte: GeMAP, 2018.

Este silêncio pode ser compreendido como proveniente de uma estrutura tradicional de ensino que preconiza o processo de educação de forma não dialógica. De modo que, compreende-se como natural o silêncio dos jovens em determinados momentos do processo, devido, justamente, à herança desta estrutura antidialógica. A construção do diálogo entre diferentes agentes como prática formativa é um processo temporal e gradativo, de modo que a abertura desta escola a práticas educativas para além dos muros é parte de um posicionamento político que tenta estabelecer possibilidades de formação mais críticas com seus alunos e comunidade.

O diálogo e a abertura a esta proposta de trabalho viabilizaram a aproximação entre os agentes envolvidos e o estabelecimento de vínculos afetivos (Freire, 2016). Ademais, a vivência cotidiana e o conhecimento dos jovens da escola sobre a Ilha do Bororé foram fundamentais para o processo de aprendizado dos estudantes universitários sobre o território e para o desenvolvimento do projeto tal como se desenha hoje: estabelecendo parcerias com coletivos de cultura da região, com perspectiva de continuidade, e abrindo novas frentes de atuação.

A aproximação territorial e afetiva com as pessoas durante o projeto, além da abrangência de atuação para além dos objetivos previstos na proposta de trabalho, foram possíveis devido a uma prática anterior de territorialização entre a E.E. Professor Adrião Bernardes e o coletivo Casa Ecoativa. O caso da escola Adrião constitui-se como um canteiro experimental em práticas educativas que alia métodos formais e não formais de ensino, abrindo-se a diferentes iniciativas de agentes externos, como o coletivo. Foi neste contexto fértil em que o projeto de extensão universitária encontrou abertura para dar continuidade ao processo de territorialização com os estudantes e demais agentes envolvidos direta ou indiretamente neste processo. De modo que, os trabalhos realizados neste projeto não têm caráter somente extracurricular e fazem parte de uma proposta metodológica de educação e territorialização.

Cabe ressaltar ainda que o Grajaú, assim como outros bairros das periferias de São Paulo, tem manifestado práticas insurgentes de atuação no território onde se localizam, pelas iniciativas de coletivos de cultura, os quais criam processos de territorialização que conduzem os participantes a se entenderem como sujeitos atuantes e agentes da transformação da realidade em que vivem.

## TERRITÓRIO, RECORTE CONCEITUAL

No contexto das revisões e reformulações conceituais da década de 1960, teóricos da arquitetura e da cidade passam a se opor às categorias de espaço abstrato e universal em desenvolvimento durante toda a modernidade a partir do idealismo iluminista. Destacam-se na década a produção teórica de Aldo Rossi e Lewis Mumford, o primeiro investe na noção de *locus* em substituição ao espaço abstrato e manipulável segundo critérios objetivos na obra “Arquitetura da cidade” (1966). Mumford, em seu clássico “A cidade na história” (1961), propõe uma interpretação “culturalista” da origem e história da cidade em oposição à visão produtivista e linear vigente e hegemônica. As duas obras, inseridas em um grande número de outros trabalhos da época<sup>6</sup>, exploram as subjetivações na hermenêutica (e na prática do urbanismo) sobre a cidade contrariando a objetividade e a insistência pelas interpretações fundamentadas no racionalismo moderno.

Nesta produção teórica ganha relevância a noção de lugar em substituição à de espaço no pensamento sobre a cidade e sua produção física. Nesta substituição, cabe aqui destacar dois tópicos que permeiam os debates, o primeiro que ressalta o artefato cidade como ação coletiva, da sociedade, e não como resultado das atividades de especialista; o segundo, diretamente ligado a este, a cidade como produto da história, de sua própria história que os urbanistas modernos negavam no anseio pela construção do novo, funcional, desenhado e idealizado. A noção de *locus* (lugar) coloca o objeto cidade e a vida que o habita na perspectiva da singularidade, de sua subjetividade, ao contrário da forma manipulável segundo preceitos pré-estabelecidos e exatos, uma resposta universal porque todos são iguais e funcionam na lógica da modernidade determinados pela produtividade industrial. Segundo Rossi em relação ao *valor do locus*:

[...] entendo com isso como aquela relação singular, mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar. A escolha do lugar tanto para uma construção como para um, a cidade tinha um valor preeminente no mundo clássico: a situação, o sítio, era governado pelo *genius loci*, pela divindade local, uma divindade de tipo intermediário que presidia tudo o que ocorria naquele lugar. (Rossi, 1995, p. 147).

O tema do “lugar” dominou os debates em torno de novos procedimentos para o urbanismo até início dos anos 90. Foi incorporado ao vocabulário de especialista ou não, transcodificando-o em conceito elástico tal quais os conceitos filosóficos oriundos desta mesma época. Sua própria genealogia remete aos escritos do filósofo Martin Heidegger (1889 – 1976), mais especificamente de “Ser e tempo” (1927) numa reinterpretação conduzida por Rossi e acompanhada por outros teóricos da cidade. Substitui a noção de espaço projetável moderno por um pensamento mais complexo que envolve as dinâmicas de transformações no espaço urbano decorrentes de múltiplos fatores, muitos deles intangíveis, não desenháveis. A associação de história com mitologia, mundo clássico com *genius loci*, opera discursos distantes das certezas científicas modernistas e se aproxima da experiência sensível e subjetiva da cidade, logo imprevisível.

Entretanto, frente à questão específica de reprodução do urbano no final do século, não vai muito além da formulação de um ideário. O discurso gera debates e análises, mas é insuficiente para operar alternativas à, neste momento, superdimensionada ação dos poderes instituídos (governo e capital) em construir cidades. Ou seja, o conceito de lugar promove grandes debates sobre como o urbanista deve olhar para a cidade e entendê-la como fato construído, opondo-se vigorosamente à ideia de cidade produtivista industrial a serviço da reprodução do capital; considerá-la como fato privilegiado da história, como espaço comunitário e identitário. No entanto, a reprodução do capital está em franco processo de, também, se afastar da lógica industrial voltando-se para outros setores da economia. Nestes, os espaços (e estruturas construídas) da cidade produzem mais valia se proporcionarem mais consumo do que produção. Trata-se de operações e discursos muito sofisticados porque não estamos falando em espaço do consumo como suporte para atividades do comércio, nem somente na mais valia via especulação imobiliária pela compra e venda do espaço construído. O que está posto é que usufruir o espaço urbano é a relação de consumo, estar nele, o espaço da cidade é o ativo econômico.

---

<sup>6</sup> São muitos os autores (arquitetos ou não) que participam da cena de crítica ao Urbanismo Moderno a partir dos anos 1960. Entre eles: J. Jacobs, K. Lynch, G. Cullen, V. Gregotti.



Em linhas gerais, conhecemos bem as consequências sociais desta sofisticada operação, não é possível detalhá-la aqui, mas deve-se considerar que o conceito de lugar também é precioso para este processo de mercantilização absoluta, além do espaço físico, do usufruto da urbanidade.

A partir de meados dos anos 80, quando as cidades ocidentais enfrentaram o ápice da deterioração física de suas obsoletas estruturas industriais, o deslocamento espacial e “setorial” das atividades econômicas começa a promover um grande número de reformas urbanas, que passaram a ser conhecidos como “grandes projetos urbanos”, no sentido de reabilitar grandes áreas, colocá-las novamente na lógica da reprodução do capital, reconstruir estas áreas para viabilizar seu consumo. Assim, galpões industriais, portos (historicamente nas áreas centrais), infraestruturas abandonadas, passam a abrigar *shopping-centers*, escritórios, habitações qualificadas, equipamentos de lazer e cultura, espaços públicos, de forma a constituir um discurso da cidade anti-produtivista, uma cidade a ser fruída em sua história e sua cultura, seguindo o programa do urbanismo contextualista<sup>7</sup> e de outras “marcas” surgidas nos grandes escritórios de arquitetura a partir das teorias críticas ao urbanismo moderno, especialmente as sobre o *locus*.

A requalificação de áreas produtivas abandonadas pode ser, claramente, benéfica para a cidade e para a economia urbana, entretanto, nas entranhas da sucata espacial industrial, vive gente em diferentes níveis de formalidade espacial e legal. As renovações urbanas sucedem as grandes crises econômicas da década anterior, os empregos formais extintos não serão retomados nas atuais lógicas produtivas que apontam para a retomada do crescimento econômico, como é conhecido amplamente, o número de excluídos multiplica-se exponencialmente, na mesma velocidade exponencial o capital concentra-se como nunca. A população nas áreas urbanas em processo de transformação, já muito vulnerável, fica muito mais sob a pressão dos negócios imobiliários especializados nestas áreas.

Anos antes do capital se interessar pelas estruturas decadentes da cidade industrial, vários segmentos da população excluída passaram a se utilizar delas como abrigo, ou como espaço de fruição e mesmo de trabalho, individualmente ou em grupos organizados em movimentos sociais, ou em hordas *punks*, ou em agrupamentos de sobrevivência, ocuparam estas áreas em diferentes graus de relação com a população remanescente, das mais compartilhadas às mais conflituosas. Nestas condições, as transformações urbanas encontraram diferentes níveis e formatos de reações. Em muito pouco tempo, com a diversidade de meios de comunicação e o espalhamento geográfico dos conflitos entre população local e empreendimentos urbanísticos, os movimentos de resistência lançaram mão de um grande leque de estratégias e sofisticaram seus discursos também.

No panorama das disputas pelo espaço urbanizado, o entendimento da cidade enquanto lugar, recolhe-se à esfera das teorias acadêmicas, ou até aos *slogans* para venda de empreendimento imobiliário. Na vida real das grandes cidades, o debate foi substituído pelo embate, a situação é muito mais tensa, portanto muito mais densa e intensa como lastro para reposicionar as teorias sobre a cidade. A noção de espaço, abstrato e projetável, moderna está fora de cogitação pelas multiplicidades que compõem os dois lados do conflito; a resposta apaziguadora e contemplativa resultante da diluição do conceito de *locus* se mostra inerte perante a movimentação frenética destes conflitos. É necessário um novo suporte conceitual para amparar o debate e os discursos de análise dos processos em andamento, e dos discursos de resistência também. O termo território passa a frequentar com veemência o léxico sobre a cidade, inclusive disciplinarmente entre os urbanistas, como aponta a urbanista Regina Meyer colocando o tema em questão:

[...] a partir da constatação da presença de alterações profundas no seu objeto de estudo e projeto (a cidade), assim como da insuficiência de seus instrumentos de análise, invalidando as suas premissas de trabalho, que o urbanismo reencontrou, na segunda metade do século XX, o termo território. Embora tenha recebido um olhar de viés dos geógrafos, zelosos de sua precedência no uso do termo, os urbanistas, defrontados com a nova organização urbana, não puderam abrir mão do termo território para realizar suas propostas. (Meyer, 2006).

A década de 1980 é um marco genealógico da extensão conceitual que o termo território assume na virada de século. Em 1980 é publicado “Mil platôs”, de Deleuze e Guattari, e a imensa, profunda e complexa conceituação de território é um dos platôs da obra, mas antes de considerar o enquadramento pela filosofia, é esclarecedor para amparar a tese que a noção de território nos debates sobre a vida urbana, traçar uma breve sequência da reestruturação do conceito em outras áreas do conhecimento, em especial na diretamente relacionada ao termo, a geografia. No mesmo ano é publicada a tese de doutoramento do geógrafo Claude Raffestin, “Por uma geografia do poder”.

A obra é um ponto de inflexão na construção, em processo nas duas décadas anteriores, da chamada “Nova Geografia” ou “geografia crítica”<sup>8</sup>. Nela estão postos os dois pilares desta construção, de um lado a expansão da disciplina para outras áreas, especialmente a filosofia - os interlocutores do autor são Lefebvre, este em especial, Deleuze, Foucault e, mesmo Wittgenstein; de outro lado as novas perspectivas conceituais para território, não como uma exigência

<sup>7</sup> A linha de urbanismo preocupada com as questões históricas e topológicas, que pôs na pauta a discussão sobre o locus, recebeu por parte da crítica o nome de Urbanismo Contextualista.

<sup>8</sup> O nome foi dado à revisão e crítica da geografia clássica a partir da década de 1990, seus pilares são H. Lefebvre e C. Raffestin que utilizam como base as teorias marxistas para pensar a questão do espaço no mundo contemporâneo.

epistemológica, mas sim de compreensão política da geografia - um dos objetivos de Raffestin é a crítica à geografia política clássica. O título do livro revela-se francamente na terceira parte, intitulada “O território e o poder”, ou seja, sua proposta de geografia política, do poder, centraliza-se essencialmente em uma nova abordagem de território como base da realidade material das relações de poder, o que exige uma nova conceituação. Assim, o início desta parte traz a pergunta “O que é o território?”, o autor responde a partir da diferenciação de espaço, e na distinção coloca o problema do conceito e a crítica à geografia tradicional.

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias. Não discutiremos aqui se são noções ou conceitos, embora nesses últimos vinte anos tenham sido feitos esforços no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território. O estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. (Raffestin, 1993, p. 143).

Para além da conceituação, Raffestin investe em colocá-lo na perspectiva da vida real, nos processos sociopolíticos em andamento, vincula decisivamente ao conceito de território estas dinâmicas a partir das relações de poder e, por esta via, a multidisciplinaridade do conceito dada a multidimensionalidade do objeto. Está implícito nas suas reflexões, e na colocação da ideia de território como processo, ao invés de campo espacial a priori, a territorialidade dos acontecimentos políticos e sociais, na mesma linha em que seus pares na filosofia estão colocando o conceito de territorialização como ato existencial primordial.

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. (Raffestin, 1993, 144).

Em complementaridade à interpretação política de território colocada por Raffestin, mas por outro viés, em 1983, André Corboz publicou na revista “Diogène”, o hoje clássico, “*Le territoire comme palimpsesto*”. Ele inicia o artigo anunciando “O território está na moda”, uma observação curiosa por relacionar um conceito à mundana moda, mas totalmente inserido nas novas condições dos discursos eruditos em contágios do *mass-midia*; mais curioso ainda porque dá a dimensão de quanto este termo passou a rondar as conversas, artigos e aulas naquele período. Podemos dizer que continua na moda, cada vez mais é indicativo e substantivo das análises e práticas sobre o espaço social. Esta é a parte que mais interessa, a compreensão das dinâmicas do território fixou-se inexoravelmente como urgência perante os mundos urbanizados e suas periferias na era do mercantilismo internacional exacerbado.

Neste período, as comunidades (científicas, técnicas e acadêmicas) dedicadas ao estudo e aplicações das noções de território em suas atividades não estranham mais a provocação de Corboz com o “estar na moda” e, também, absorveram amplamente a maior parte de suas colocações, como “o território não é um dado, e sim o resultado de diversos processos” (a questão do palimpsesto) ou “os habitantes de um território não param de apagar e reescrever o velho ritual dos solos”. (Corboz, 2004, p. 27). Corboz era professor de história da arte, da arquitetura e urbanismo, não um geógrafo, portanto suas digressões pendulam de uma visão *standard* de território natural, falando em glaciais e lagos, à história dos assentamentos humanos, exemplificando com a construção das cidades romanas na Alemanha. Durante as duas décadas anteriores à publicação de seu texto, geógrafos no mundo inteiro debruçaram-se sobre as mesmas questões sobre plataformas mais estruturalistas.

Giuseppe Demanteis, geógrafo italiano imerso nas iconoclastias da década de 1960, indica a linha teórica pretendida para uma renovação da Geografia para além da descrição física e, ao citar autores, não os circunscreve aos geógrafos, apontando para a necessidade pluridisciplinar:

Neste ambiente praticamente revolucionário, a teoria de referência era o marxismo, efetivado com várias faces: historicista, estruturalista etc. Autores como H. Lefebvre, D. Harvey e M. Castells sugeriam novas interpretações do espaço geográfico como ‘território’, isto é, como objeto de disputa e dominação. (Demanteis, 2005, p. 11).

Não é necessário fazer uma genealogia das profundas mudanças trazidas pela associação da geografia com as análises de Marx sobre a sociedade capitalista e as lógicas do capitalismo para a compreensão do território, várias foram feitas e continua sendo um tema fundamental nos meios geográficos. A atuação de geógrafos alinhados a esta associação tem sido fundamental, e acompanhada por grandes audiências atuam focados nas questões dos territórios urbanos, campo de prova apropriado para todo o elenco aberto pela “Nova Geografia”. Os casos exemplares de David Harvey

e Edward Soja também dão conta de demonstrar a raiz em Henri Lefebvre (1901 - 1991) e a aproximação do conceito à questão urbana e não mais o território como unidade autônoma.

Uma interpretação inequívoca dos debates é que território é composto por várias dimensões, não somente as físicas, mas também, sociais, econômicas, culturais, portanto o espaço como entidade geométrica compõe, mas não o define. Esta afirmação não é terminológica, está nas bases do entendimento e da dimensão estratégica do trabalho do urbanista na cidade contemporânea. Em outras palavras, é na distinção entre espaço e território no âmbito da geografia que se concentra a própria ideia de palimpsesto, de algo que não está nunca pronto e que podemos participar ativamente do processo, mas jamais determiná-lo totalmente pelo plano ou projeto.

Milton Santos, brasileiro marcante no debate internacional sobre a renovação da geografia a partir dos anos 60, com base na aplicação metodológica do materialismo dialético encara o problema do espaço, especialmente o urbano, frente ao território: “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. Para ele o território é uma realidade dada, fixa e física, precede o espaço, este o domestica pela utilização (selvagem, domesticado pela construção da sociedade). O espaço é a questão, e ele “se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções.” (Santos, 1978, p. 122).

É muito importante frisar que Santos assim o entende em 1978, no seminal “Por uma geografia nova”, antes dos fenômenos de globalização e espaço cibernético entrarem na pauta. Mais importante ainda é verificar como o geógrafo reposiciona suas interpretações tematizando a globalização e o porte conquistado pela problematização do território frente à dissolução das noções básicas, localidade e espacialidade. Quinze anos depois no Seminário Internacional Território – Globalização e Fragmentação, ele profere palestra com o título de “O retorno do território” e o descreve como se tratando:

[...] de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido individual e coletivo, o risco de renúncia ao futuro. (Santos, 1998, p. 15).

A mudança no uso do termo e na conceituação nele investida é extraordinária e ilustra claramente as bases que constituem a Nova Geografia, da mesma forma ilustra amplamente o porquê o conceito deve ser assim dilatado para dimensões simbólicas e subjetivas, o nosso quadro de vida, além do espaço construído pela sociedade, o ambiente que permeia, induz e opõe as relações diárias entre as pessoas. O território é a ação de sociabilizar sobre o espaço, de realização da vida social e individual, no final do século 20 ela se dá nas cidades.

Essencialmente a proposta da “Nova Geografia” a partir dos anos 60 constituiu-se em um novo ramo da geografia humana que ganhou grande relevância nas décadas seguintes e compõe expressivamente as grades dos cursos de graduação em geografia no mundo todo, a geografia urbana. Porém, sua genealogia é enfática na exigência pela interdisciplinaridade dada a complexidade e multidimensionalidade do objeto que se propõem estudar, objeto este que nunca está em fixado, ao contrário, não só é afetado por dinâmicas diversas, como também é agenciador destas dinâmicas resultando em formas físicas e significantes completamente mutantes, daí a necessidade de conceituação de “território” e de “cidade enquanto território”. De certa forma, o próprio termo território, no vocabulário especializado ou não, passou a funcionar como abreviação de “território urbano”, uma vez que toda a conotação política e cultural do conceito se volta para a compreensão das dinâmicas em processo nos grandes conglomerados humanos, a ressignificação do termo foi desenvolvida, principalmente, como questão, conceito, *episteme*, ontologia e *ethos* das sociedades urbanas contemporâneas.

Nestes sentidos, Soja, um dos mais renovados representantes da Nova Geografia afirma:

Esta pode ser a melhor época para ser um geógrafo urbano. ... qualquer pessoa que se proponha a estudar como o espaço urbano é socialmente produzido e como essa espacialidade urbana ressoa afetando vidas individuais e coletivas. Uma perspectiva espacial crítica nunca esteve tão disseminada, tão direcionada para as cidades e a vida urbana e tão profícua em ideias inovadoras no que se refere à economia, política, cultura e mudança social de modo mais generalizado. Nos dias de hoje, nenhum estudioso, seja qual for seu interesse, pode se dar ao luxo de não ser, de alguma forma, um geógrafo urbano. (Soja, 2013, p. 138).

A afirmação é enfática e nada relativista quanto aos problemas de todas as disciplinas estarem concentrados nas dinâmicas das cidades, “nenhum estudioso, seja qual for seu interesse” sobre as condições de vida social no mundo atual pode evitar colocar seus problemas no âmbito dos acontecimentos e conflitos urbanos, segundo Soja. E ele esclarece por meio de três pontos, tanto a emergência e urgência do campo de estudo, como também sua natureza intercampos do conhecimento e fluidez, quanto ao enquadramento da realidade:

1. A (re) descoberta da causalidade espacial urbana, a poderosa força gerativa das cidades e o processo de urbanização. [...] Por volta da década passada [se refere à primeira do século 21], [...] uma formidável percepção de que as cidades, em particular as geografias urbanas, produzem uma força gerativa que seria a

causa primordial do desenvolvimento econômico, da inovação tecnológica e da criatividade cultural. Em uma reviravolta revolucionária, o que grosso modo denomino causalidade espacial urbana deixou de ser praticamente ignorado como um fator explicativo no desenvolvimento individual e societário para tornar-se, para alguns, a força motriz mais importante dando forma à história humana.

2. A virada espacial transdisciplinar nas ciências sociais e humanas. [...] Tal virada espacial foi inicialmente desencadeada em Paris, principalmente a partir das perspectivas espaciais transformativas de Henri Lefebvre e Michel Foucault, mas posteriormente perdeu força, após os eventos de 1968, e foi eventualmente descartada por ser supostamente incompreensível, ou pior, como uma heresia fetichista... Essas novas vertentes no pensamento espacial foram retomadas no mundo anglofônico no início dos anos 1990, sendo que mais tarde elas rapidamente tomariam rumo entre as diversas disciplinas como primeiro caminho para a adoção e aplicação de uma perspectiva espacial contemporânea e crítica.

3. O ressurgimento do interesse por regiões e regionalismo. A crescente relevância do pensamento espacial não somente esteve atrelada a uma renovada atenção às questões urbanas, mas ainda estimulava e era estimulada pelo ressurgimento do interesse por regiões e regionalismo. Em uma das mais ambiciosas expressões de seu “novo regionalismo”, Michael Storper em “The Regional World” (1997) concebe regiões como comparáveis a mercados, estados e ao parentesco, como estruturas organizacionais fundamentais da sociedade humana, enquanto a rede de aglomerações gerativas que formam a cidade-região (*city region*). (Soja, 2013, pp. 138-140).

A explosão multidisciplinar proposta pela geografia, na qual qualquer que seja o estudioso e qualquer que seja sua área de estudo, na “pós-modernidade”, é um praticante da geografia urbana, não é um tema deste artigo. Mas da intersecção dos campos da filosofia e da geografia emergem os temas que propomos evidenciar no sentido de posicionar de o conceito (e a prática) de território como grande desafio para a formação do arquiteto urbanista.

A relação entre geografia e filosofia se dá nos dois sentidos, se por um lado Raffestin parte da leitura dos filósofos para teorizar sobre “a geografia do poder”, em “O que é filosofia”, de Deluze e Guattari, aparece um capítulo nomeado “Geo-filosofia”, deixando claro o desejo de um campo fundido. Entretanto, diferentemente do que os dois filósofos haviam publicado dez anos antes, o conceito ganha uma circunscrição bastante material na era da cidade marcada pelas políticas neoliberais. E nestas condições de investimentos maciços e flexibilização legal em áreas urbanas destinadas ao mercado, aos processos intensos de gentrificação, a territorialidade é uma situação sob ameaça para maior parte das populações urbanas.

Um dos conceitos formulados pelos dois filósofos mais discutidos e transformado por estudiosos (e profissionais) dos territórios urbanos é “desterritorialização”. Não propomos o debate filosófico, mas sim um olhar para a conceituação de territorialização e desterritorialização que foi posta em prática nas teorias urbanísticas e, especialmente na formação de urbanistas, não como operam a interpretações dos conceitos, mas como estes consistem em componentes importantes para compreensão da complexidade da cidade atual

O primeiro destes componentes é o próprio termo desterritorialização, conceituado pelos dois filósofos que alcançaram vida própria. O termo passou a frequentar a literatura de várias disciplinas, cada uma, por meio de muitos teóricos, desenvolveu múltiplas hermenêuticas do conceito complexo, mas também múltiplas aplicabilidades práticas dele, tanto porque muitas destas disciplinas têm a realidade física como campo de atuação, a geografia, o urbanismo; mas também porque está na pauta das ciências humanas em *status* valorizado a pesquisa empírica, o campo físico material como laboratório privilegiado, nas últimas duas décadas do século. A profusão do termo e da multiformal massa de conceitos derivados da teoria complexa impregnam marcantemente os discursos de em corpo imenso da sociedade, além do ambiente científico e acadêmico, em especial de artistas, movimentos sociais e coletivos ativistas.

Duas forças agem para conferir significados múltiplos a esta vida autônoma do termo desterritorialização. Uma delas é relativa à própria potência da palavra. A partir de um valor semântico exato - o que foi destituído de terra, ou o vagar sem fixação geográfica - que funciona somente no primeiro instante, a palavra em um segundo nível de apreensão é carregada de significados de várias origens, antes mesmo de passar pelo túnel das teorias diversas, ela tem uma dramaticidade implícita e vinculada à noção de terra-lar, o pavoroso estado de não pertencer a lugar nenhum, por outro lado o aventureiro estado de permear todos os lugares. Contudo, o vinco mais acentuado no termo está associado ao seu tom visionário, ela passa a ser palavra ideal para se referir à condição urbana e da produção econômica na virada para o século 21.

Esta é a segunda força que age sobre o termo, o contexto sócio-econômico-cultural que se processa nos anos seguintes ao conceito ser lançado para o público especializado. Desterritorialização e desterritorializado são termos francamente utilizados por muitos, para se referir aos movimentos migratórios que marcam nossa época, sejam eles intercontinentais, inter-regionais ou urbanos. Igualmente são termos usados para distinguir o mercado globalizado e a produção econômica segundo a nova ordem mundial e nova distribuição social do trabalho, ou ainda à ideia de capital flutuante (Harvey, 2005), seja nas mídias, seja na conversa acadêmica ou no escritório corporativo. Aqui neste artigo,

a questão proeminente é o urbano e, neste âmbito, a palavra absorve e potencializa todos estes senso-comuns associados a eles e promove, em um campo semântico totalmente alargado, a profusão de discursos e as respectivas estratégias de enunciação e confrontos entre si, sejam eles da administração pública ou dos movimentos sociais por moradia.

Sem condições agora de entrar na grande extensão de observações sobre a cidade e sua configuração sócio-espacial neste período, conhecemos muitas destas condições em complexidade e multiplicidade de camadas. Apontamos para um quadro formado somente pelos pontos mais conhecidos e debatidos da condição urbana a partir da última década do século 20, para indicar o contexto que incide sobre o termo desterritorialização, impulsionando-o para além dos conceitos teóricos, movimentar o ativismo urbano no confronto com o discurso oficial da “parceria público-privada” e na disputa pelos espaços, físico, simbólico e midiático das cidades.

Basicamente é o quadro que passou a ser conhecido como a cidade neoliberal, pontualmente podemos relacionar ao termo: a migração dos postos de trabalho para o setor terciário; as grandes (e espetaculares) reformas urbanas com a remoção de grandes parcelas da população moradora; o papel proeminente que passa ter o mercado imobiliário na economia urbana e na reprodução do capital; a flexibilização das leis para permitir desenvoltura ao mercado imobiliário; a absoluta falta de terras urbanizadas disponíveis; o aprofundamento da precariedade nas “informalidades” para a sobrevivência; o alto controle social nos espaços público em garantia a sua fruição de espaço comercial; os níveis de violência urbana. De imediato, dois enunciados são colocados em lados opostos no território, gentrificação e o direito à cidade.

Entre as incidências dos contextos urbanos e as formulações conceituais deriva o termo desterritorialização, não como somente noção, mas, também, não dentro da profundidade filosófica do conceito. Além de um conceito que são vários e de promover o surgimento de outros<sup>9</sup>, a ideia surge em outros formatos discursivos, não científicos, que se caracterizam pela maneira difusa com que o utilizam, os artísticos e os políticos. Nestes, encontra-se tanto a figura vilanizada do desterramento (fora do lar), quanto as mais sofisticadas de construção da territorialização a partir dos movimentos de desterritorialização e reterritorialização, como propõem Deleuze e Guattari, que promovem inquietações quanto às formas de apreensão da realidade no território em permanente mutação e em múltiplas camadas. Os filósofos franceses propõem o mapa:

Fazer o mapa, não o decalque. Ele contribui para a conexão dos campos, [...] para sua abertura máxima sobre um plano de consciência. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (Deleuze & Guattari, 1995, p. 23).

A formação de urbanistas atentos às movimentações do e no território como condição fundamental em nossa época marcada pelos conflitos urbanos, território segundo os conceitos apresentados, trata-se da condição física e política da materialidade destes conflitos. Portanto, a formação deve contemplar, além das representações - hoje com tecnologia em condições de figurar movimentos e fluxos intensos -, vivências exploratórias, inclusive como forma de compreender os limites da representação. Uma formação voltada à ampliação destes limites, produzir outras representações, outras formas de mapear, além da terra e das construções, os significados, os fluxos diários, as sensações. Representações estas só possíveis por processos subjetivados, o sujeito deve tocar o objeto, ou seja, mapeamentos feitos de corpo presente, para construção de representações de experimentações sensíveis portáteis para os ambientes das proposições, do exercício das práticas profissionais do urbanista.

O mapa como representação do território, ainda mais em nossa época das grandes complexidades, continua o meio de comunicação entre o habitante e o território e meio de expressão do habitante no território, mesmo que seja um mapa imaterial, um mapa na mente.

## CONCLUSÕES

Por meio do que apresentamos aqui em duas plataformas distintas, o trabalho prático de extensão universitária e uma visão panorâmica do recorte conceitual de território, propomos bases sobre as quais podem ser estruturadas reflexões e avaliações das práticas alternativas para a formação do urbanista no ambiente urbano de alta complexidade e profundas contradições. Após alguns anos realizando trabalhos no formato de extensão, com o objetivo de aproximar o estudante universitário das dinâmicas da realidade urbana, o desafio agora é sistematizar em documentação e análise do acervo de experiências constituído e, especialmente, o desenvolvimento dos métodos empregados e seus resultados. Tal análise não se limita em absoluto ao quadro universitário, deve contemplar com igual profundidade aos acontecimentos gerados nas comunidades que participam dos projetos.

---

<sup>9</sup> Além dos múltiplos conceitos que atuam em conjunto na formulação das teorias sobre *territorialização* de Deleuze e Guattari, *desterritorialização*, *reterritorialização*, *agenciamentos*, *ritornelo*, delas derivaram muitos outros desenvolvidos por diversos autores, é o caso, por exemplo, do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert com o conceito de *multiterritorialidade*.

Neste artigo, apontamos para questões e não conclusões, estas devem ser construídas no processo, que, em nosso entender, devem nortear, no âmbito da formação universitária, as avaliações sobre o desempenho destas experiências formativas.

A primeira diz respeito ao objeto de estudo, a cidade, e suas condições históricas e geográficas, nos dias de hoje e em nossa realidade sócio-espacial. A opção por operar os estudos sobre a cidade partir dos conceitos de território visa estabelecer parâmetros de entendimento dos acontecimentos urbanos, não só na perspectiva do espaço construído, mas principalmente nos embates que determinam sua construção. Em síntese, colocar o mais claramente possível os territórios urbanos como o espaço-tempo dos conflitos de nossa sociedade.

Outra questão está diretamente relacionada à primeira, como pôr em movimento instrumentalização para a apreensão por parte do estudante deste fluido ambiente e seus conflitos internos e externos. As tecnologias de cartografia oferecem uma infinidade de recursos, alguns impensáveis a menos de dez anos, as plataformas georreferenciadas e as cartografias em tempo real são instrumentos muito poderosos de estudo sobre a cidade, seus espaços e seu fluxo. No entanto não conseguem captar sensibilidades, momentos fugidios e todo o universo não material das relações sociais, elas são fundamentais na construção do ambiente urbano, elas que configuram os embates políticos e os comportamentos individuais no ambiente, eles que geram o território sobre o espaço (Raffestin, 1993). Neste sentido, reconhecemos como essencial para a apreensão do território a presença física, sua percepção corporal em condições mais profundas do que as tradicionais “visitas de campo”. O estudante deve mergulhar no território, conhecer as trocas internas para poder trocar experiências e conhecimento. Evidentemente, é uma fase da formação, ou seja, a imersão no território deve substanciar o entendimento profundo para operá-lo mesmo quando por representações.

Alinhada à anterior, temos uma derivação de questões nas duas últimas, ou a formulação de questões resultantes das práticas didáticas em nosso programa de extensão universitária. A primeira se refere ao enquadramento do que chamamos de comunidade nestes projetos. Explicando melhor, nas três primeiras edições do trabalho de extensão, ficamos satisfeitos com os resultados, mas todo o processo foi definido por começo, meio e fim, ou seja, estivemos por um tempo recortado com exatidão em relação ao período e à agenda semanal. Terminado o período, a escola alvo do projeto voltou às suas atividades, e nós da USP, às nossas. Na atual quarta edição, a atividade gerou uma massa de acontecimentos e trocas que não estão mais definidas por uma planilha com tempo e atividades, umas e outras estão absolutamente à mercê das conversas e trocas que aconteceram no Bororé. Queremos ressaltar aqui as potencialidades da experiência didática em função dos níveis de organização das comunidades e na Ilha do Bororé encontramos trabalhos de coletivos locais bastante desenvolvidos que viabilizaram situações de aprendizado sobre o território, e com potencialidades para sustentar métodos próprios, amparado na experiência do real.



Figura 5 - Participantes das oficinas do Projeto de Extensão Grajaú, na Casa Ecoativa em 2018.  
Fonte: GeMAP, 2018.

Por fim, a última questão está direcionada aos processos e meios construídos no trabalho de extensão para viabilizar realmente a experiência do território. Está implícito nas questões anteriores que não se trata simplesmente de andar pela localidade urbana, nem tampouco somente fazer entrevistas com moradores locais, são instrumentos de pesquisa conhecidos e verdadeiramente válidos, mas os consideramos insuficientes. Eles viabilizam a observação e descrição

do território, mas pouco sobre como se constituíram e se transformam constantemente as configurações observadas e descritas. Não é uma questão quantitativa da relação com o território, não basta permanecer mais tempo nele, é necessário um nível profundo de trocas. Nos projetos de extensão em curso no GeMAP, estamos experimentando níveis de trocas a partir de construção conjunta de mapas de naturezas diversas do território.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bassani, J. (2015). Zona Leste de São Paulo. Território e territorialização. *Passagens*, 1, 23-32.
- Bassani, J. (2012). *PDP - Mapografias*. São Paulo: FAUUSP.
- Corboz, A. El territorio como palimpsesto. (2004). In: *Lo urbano en 20 autores contemporâneos* (pp. 25-34). Barcelona: ETSAB.
- D'Ottaviano, C., & Rovati, J. (2016, setembro). O Ensino de Urbanismo no Brasil: Experiências de Extensão Universitária em São Paulo e Porto Alegre. *Anais do Actas XX Congreso Arquitectur: Hábitat Sustentable*. Concepción, Chile, 2016.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 4). São Paulo: Ed. 34.
- Dematteis, G. (2011). Geografia Democrática, território e desenvolvimento local. *Formação*, 2(12), 11-26.
- Freire, P. (1983). *Extensão ou Comunicação?* (7a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2016). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários às práticas educativas*. São Paulo: Paz e Terra.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anna Blume.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Edit. Livraria Ltda.
- Jacobs, J. (1989). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jameson, F. (1996). *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade* (5a ed). São Paulo: Centauro.
- Meyer, R. (2006, novembro). O urbanismo: entre a cidade e o território. *Ciência e Cultura*, 58(1).
- Munford, L. (1998). *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Atica.
- Rossi, A. (1995) *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Santos, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp.
- Santos, M., souza, M. A., & silveira, M. L. (Org). (1998). *Globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed Hucitec – ANPUR.
- Soja, E. (2013). Para além de *postmetropolis*. *Revista UFMG*, 20(1), 136-167.
- Venturi, R. (2003). *Aprendendo com Las Vegas*. São Paulo: Cosac & Naify.